

Copasa Brasil Construtora, S.A.

**Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

À Administração e acionistas da

Copasa Brasil Constructora S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Copasa Brasil Constructora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copasa Brasil Constructora S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

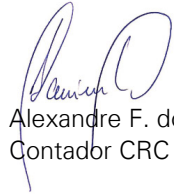
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de maio de 2022

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC SP023228/O-4



Alexandre F. do Nascimento
Contador CRC 1SP237177/O-3

COPASA BRASIL CONSTRUTORA S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares Reais)

Ativos	Nota	2021	2020	Passivos	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	396	2.650	Fornecedores	8	20.864	8.745
Contas a receber	5	37.511	3.895	Adiantamentos de clientes	9	-	404
Adiantamentos		820	1.048	Provisão de férias e encargos		1.556	563
Impostos a recuperar		178	45	Empréstimos com partes relacionadas	10	4.142	3.101
Mútuos - partes relacionadas	6	-	7.362	Imposto de renda e contribuição social	12	757	397
Despesas Antecipadas		38	71	Impostos e contribuições a recolher	13	3.187	130
				Impostos parcelados	14	415	-
				Outras contas a pagar		-	249
Total do ativo circulante		38.943	15.071	Total do passivo circulante		30.921	13.590
Outros créditos		232	131	Provisões para contingências		399	-
Impostos diferidos		295	295	Impostos parcelados	14	1.556	-
Total do realizável a longo prazo		527	426	Total do passivo não circulante		1.955	-
Imobilizado	7	1.837	1.738	Capital social	11	10	10
Intangível		63	100	Lucros acumulados		8.484	3.735
Total do ativo não circulante		2.427	2.264	Total patrimônio líquido		8.494	3.745
Total do ativo		41.370	17.335	Total do passivo e patrimônio líquido		41.370	17.335

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COPASA BRASIL CONSTRUTORA S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares Reais)

	Nota	2021	2020
Receita líquida de serviços	15	119.286	44.801
Custos de serviços de construção	16	<u>(70.847)</u>	<u>(23.357)</u>
Lucro bruto		<u>48.439</u>	<u>21.444</u>
Outras (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(2.827)	(3.870)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		<u>45.613</u>	<u>17.573</u>
Receitas financeiras	17	510	184
Despesas financeiras	17	<u>(868)</u>	<u>(436)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(358)</u>	<u>(252)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>45.255</u>	<u>17.321</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(4.070)	(1.575)
Lucro do exercício		<u><u>41.184</u></u>	<u><u>15.746</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COPASA BRASIL CONSTRUTORA S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares Reais)

	2021	2020
Lucro do exercício	41.184	15.746
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente	<u><u>41.184</u></u>	<u><u>15.746</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COPASA BRASIL CONSTRUTORA S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares Reais)

	Nota	Capital social	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		10	2.223	2.233
Distribuição de dividendos	11	-	(14.234)	(14.234)
Lucro líquido do exercício		-	15.746	15.746
Saldos em 31 de dezembro de 2020		10	3.735	3.745
Distribuição de dividendos	11	-	(36.435)	(36.435)
Lucro líquido do exercício		-	41.184	41.184
Saldos em 31 de dezembro de 2021		10	8.484	8.494

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COPASA BRASIL CONSTRUTORA S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares Reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	41.184	15.746
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	334	345
Custo residual na baixa de ativo imobilizado	261	126
Juros sobre empréstimos concedidos	(255)	206
Juros sobre empréstimos tomados	249	-
Provisão para contingências	399	-
Juros sobre impostos parcelados	363	-
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	4.070	395
	<u>46.605</u>	<u>16.818</u>
(Aumento) Redução nos ativos operacionais:		
Clientes	(33.616)	5.470
Adiantamento a fornecedores	228	(831)
Impostos a recuperar	(133)	168
Despesas antecipadas	33	(7.336)
Outros créditos	(101)	
Aumento (Redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	12.119	653
Obrigações sociais e fiscais	4.050	1.735
Adiantamento de clientes	(404)	(5.348)
Caixa utilizado nas atividades operacionais	<u>28.782</u>	<u>11.328</u>
Recebimento de juros sobre empréstimos concedidos	255	-
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>29.037</u>	<u>11.328</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.102)	(1.176)
Caixa líquido (utilizado) pelas atividades operacionais	<u>26.935</u>	<u>10.152</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(658)	(1.890)
Recebimento de empréstimos concedidos	36.246	-
Empréstimos concedidos à partes relacionadas	(28.884)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>6.704</u>	<u>(1.890)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos captados	792	606
Pagamentos de dividendos	(36.435)	(14.234)
Amortização de arrendamento	(249)	(35)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(35.893)</u>	<u>(13.663)</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.254)</u>	<u>(5.401)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.650	8.051
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	396	2.650
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.254)</u>	<u>(5.401)</u>
Transações que não caixa afetaram o caixa:		
Transferências para Impostos parcelados	1.708	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Copasa Brasil Construtora, S.A. (“Companhia”) foi constituída em 04 de fevereiro de 2016 e sua sede está localizada na Avenida Angélica 2.546, conj 122, Consolação, São Paulo, CEP 01228-200.

A Companhia tem como objeto:

- (a) Compra e venda de bens imóveis, promoção e construção de prédios comerciais e residenciais, exploração de terrenos, residências, imóveis habitacionais e demais imóveis.
- (b) Execução, edificação e reforma de todo tipo de obras privadas e públicas, estruturais e de infraestrutura com quaisquer entes da Administração Pública ou pessoas jurídicas de direito privado, independentemente do seu objeto e destinação.
- (c) Gestão e exploração de bens imóveis de domínio público, assim como de toda classe de serviços públicos, qualquer que seja a Administração Pública titular dos mesmos e seu regime de exploração.
- (d) Direção técnica de obras públicas e privadas, realização de análise e controle técnico.
- (e) Elaboração de estudos e informações em matéria de obras públicas e privadas, edificação, urbanismo, hidrologia e meio ambiente.
- (f) Prestação de serviços de assessoria e elaboração de estudos e informações em matéria econômica, financeiras, laborais, comerciais, publicitárias e de comunicação.
- (g) Prestação de serviços de limpeza e higienização.
- (h) Elaboração e redação de toda classe de projetos relacionados com obras públicas e privadas, edificação e urbanismo.
- (i) Realização de trabalhos de conservação e manutenção de bens imóveis, assim como de estradas, vias férreas, portos, aeroportos e demais obras de infraestruturas públicas e privadas.
- (j) Realização de trabalhos de conservação, reparação e manutenção de equipamentos e instalações de condução de materiais líquidos em geral.
- (k) Realização de trabalhos de manutenção e conserto de equipamentos e instalações de segurança, contra incêndios, de movimentação horizontal ou vertical de carga.
- (l) Realização de serviços de transportes em geral, por qualquer via.

Atualmente a Companhia opera em uma obra que tem como objeto a execução das obras e serviços compreendendo a substituição das redes de água em cimento amianto, implantação de redes de água com as interligações necessárias, instalação de solução de micromedição de água (SMA) em pequenos consumidores, implantação e ampliação da macromedição e pitometria incluindo a setorização das redes de distribuição de água visando o aumento da capacidade de abastecimento da população e a eficiência do sistema produtor das Unidades Norte (UNNORTE) e Sul (UNSUL) na região metropolitana de Belém, Estado do Pará.

Efeitos da COVID-19

A administração não identificou impactos significativos nos resultados de 2021 diretamente relacionados à pandemia da COVID-19.

E caso de cenário mais grave, que é considerado prudente, mas plausível, teria um impacto adverso significativo sobre as vendas, margem e fluxos de caixa. Em resposta, a administração tem a capacidade de tomar as seguintes ações de mitigação para reduzir custos, otimizar o fluxo de caixa da Empresa e preservar a liquidez:

- reduzir despesas de capital não essenciais e adiar ou cancelar despesas discricionárias;
- congelar o recrutamento não essencial, reduzindo os gastos com marketing e reduzindo o fluxo de fornecimento de mercadorias para refletir o impacto da paralização temporária das obras.

Com base na posição de liquidez da Empresa na data de autorização destas demonstrações financeiras, e à luz da incerteza em torno do desenvolvimento futuro do surto, a administração estima que, em caso de crise, neste momento não teria necessidade de financiamento adicional para cumprir as suas obrigações financeiras. Atualmente, a Empresa tem duas capitação de empréstimos aprovadas, na quantia necessária, para os próximos meses.

2 Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo.

a. Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de maio de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de elaboração e conteúdo

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

i. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Reconhecimento de receita: se a receita é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo;
- Equivalência patrimonial em investidas: determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida;

ii. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de devolução;
- Mensuração de obrigações de benefícios definidos: principais premissas atuariais;
- Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro
- Reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

iii. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

2.1 Principais políticas contábeis

a. Contas a receber

Apresentados aos valores presente e de realização é constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos com perdas esperadas.

b. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e, quando aplicável, das perdas, acumuladas, por redução ao valor recuperável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou componente de ativos pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores contábeis residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	5 anos
Móveis e utensílios.....	10 anos

c. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado,

sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

d. Reconhecimento das receitas e dos custos

A receita de prestação de serviços é apurada e reconhecida em virtude da evolução de cada obra. A receita compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, reclamações e pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja praticamente certo que resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. A receita do contrato é reconhecida no resultado à medida do estágio de conclusão do contrato de acordo com o percentual de conclusão de cada um dos projetos.

Os custos de cada contrato são reconhecidos como resultado no período em que são incorridos, a menos que determinem um ativo relacionado à atividade de contrato futuro.

Quando o resultado de um contrato de prestação de serviço de construção não pode ser estimado com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos desde que sua recuperação seja provável.

Se for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato (caracterizando um contrato oneroso), a perda referente ao excedente entre a receita contratada e o custo total estimado é reconhecida imediatamente no resultado do exercício na rubrica “Custo dos serviços prestados” e o passivo é registrado na rubrica “Fornecedores”.

Os valores recebidos antes da realização do correspondente serviço são registrados no balanço patrimonial como passivo, na rubrica “Adiantamento de clientes”.

Os montantes faturados ou a faturar registrados com base no serviço executado por obra, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como um ativo, na rubrica “Contas a receber”.

e. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social

sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesa de Imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesa de Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

g. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos em caixa, depósitos à vista e contas correntes remuneradas, sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

h. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não classificados como como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Indicativos de que o devedor ou o emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou dos emissores;

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, exceto ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de

Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro-rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i. Receitas Financeiras e Despesas Financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- receita de dividendos;
- dividendos de ações preferenciais emitidas classificadas como passivo financeiro;
- ganhos/perdas líquidos na alienação de investimentos em títulos de dívida mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- perdas por redução ao valor recuperável (e reversões) sobre investimentos em títulos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- ganhos na remensuração a valor justo da participação pré-existente em uma entidade adquirida em uma combinação de negócio;
- perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro;
- ineficácia dos instrumentos de hedge reconhecida no resultado; e;
- reclassificação de ganhos e perdas líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes sobre hedges de fluxos de caixa para proteção contra o risco de taxa de juros e o risco cambial para empréstimos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo de

receber o pagamento é estabelecido. O Grupo classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

j. Contratos Onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado da rescisão do contrato e o custo líquido esperado caso o contrato seja mantido, que é determinado com base nos custos incrementais necessários para cumprir a obrigação prevista no contrato. Antes de a provisão ser constituída, a Empresa reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável dos ativos relacionados àquele contrato.

k. Capital social

Ações nominativas são classificadas como patrimônio líquido. Os lucros apurados serão destinados conforme deliberação dos acionistas.

3 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras e não espera que terão um impacto significativo nas demonstrações financeiras de Copasa Brasil Construtora S.A.

(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. O Grupo determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

(b) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras de Aguas do Guamá:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26);
- CPC 50 - Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	15	5
Aplicações financeiras (*)	381	2.645
	396	2.650

- (*) As aplicações financeiras são representadas por investimentos em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, com liquidez imediata e sem carência, que são remunerados pelo índice médio entre 99% e 99,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam de um a três meses em média e têm liquidez imediata.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 18 – Instrumentos financeiros.

5 Contas a receber

	2021	2020
Consórcio Copasa – Ello Redes de Belém (Notas de débito)	1.163	263
Águas do Guamá Rede de Distribuição e Saneamento SPE LTDA.	36.348	3.632
	37.511	3.895

- (a) Para os saldos faturados, não há valores em atraso ou sem perspectiva de realização, portanto, a Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa pois não espera ter perdas com os saldos a receber

6 Mútuos – partes relacionadas

				31/12/2021	31/12/2020
	Moeda	Taxa De Juros Nominal a.a	Ano de vencimento	Valor contábil	Valor contábil
Mútuo (1)	R\$	2,25%	31/12/2021	-	3.682
Mútuo (2)	R\$	2,25%	31/12/2021	-	2.208
Mútuo (3)	R\$	2,25%	31/12/2021	-	1.472
Valor final				-	7.362

A Companhia firmou três contratos de mútuo entre SOCIEDAD ANÓNIMA DE OBRAS Y SERVICIOS, COPASA; MAIS BRASIL LTDA e VALTALIA DESARROLLOS, S.L.:

1º contrato de mútuo

Com o objeto do empréstimo de R\$ 2.250 (dois milhões e duzentos e cinquenta mil e seiscentos reais). Sobre a importância, serão cobrados juros de 2,25% a.a. calculados a cada 30º (trigésimo) dia do mês de dezembro de cada ano, ou do seu vencimento, se esse ocorrer primeiro, além de correção monetária, calculada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou qualquer outro índice oficial que vier a substituí-lo no caso de sua extinção, até a data do efetivo pagamento efetivado em 30/12/2021.

2º contrato de mútuo

Com o objeto do empréstimo de R\$ 1.349 (um milhão e trezentos e quarenta e nove mil e quatrocentos reais). Sobre a importância, serão cobrados juros de 2,25% a.a., calculados a cada 30º (trigésimo) dia do mês de dezembro de cada ano, ou do seu vencimento, se esse ocorrer primeiro, além de correção monetária, calculada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou qualquer outro índice oficial que vier a substituí-lo no caso de sua extinção, até a data do efetivo pagamento efetivado em 30/12/2021.

3º contrato de mútuo

Com o objeto do empréstimo de e R\$ 900 (novecentos mil reais). Sobre a importância, serão cobrados juros de 2,25% a.a., calculados a cada 30º (trigésimo) dia do mês de dezembro de cada ano, ou do seu vencimento, se esse ocorrer primeiro, além de correção monetária, calculada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou qualquer outro índice oficial que vier a substituí-lo no caso de sua extinção, até a data do efetivo pagamento efetivado em 30/12/2021.

Movimentação

	Mutuo 1	Mutuo 2	Mutuo 3	Total
Saldo em 31 de dezembro 2020	3.682	2.208	1.472	7.362
(+) Adição Principal	14.446	8.661	5.777	28.884
(+) Adição de Juros	125	75	55	255
(-) IRRF	(31)	(22)	(13)	(66)
(-) Amortização de Principal e Juros	(18.222)	(10.922)	(7.291)	(36.435)
Saldo em 31 de dezembro 2021	-	-	-	-

A liquidação dos mútuos ocorreu via distribuição de dividendos.

7 Imobilizado

	Saldo em		Saldo em	
	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Custo:				
Máquinas	-	1.598	(11)	1.587
Equipamentos de Informatica	43	28	(15)	56
Imóveis - IFRS 16	316	121	(105)	333
Móveis e utensílios	16	14	(7)	24
Ferramentas e Instrumentos em geral	-	81	(3)	78
Outros	-	48	(1)	47
Total	376	1.890	(142)	2.124
Depreciações:				
Máquinas	-	(155)	13	(142)
Equipamentos de Informatica	(1)	(7)	-	(8)
Imóveis - IFRS 16	(95)	(135)	2	(228)
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	(1)	(2)	-	(3)
Ferramentas e Instrumentos em geral	-	(7)	1	(6)
	(97)	(305)	16	(386)
Total	279	1.584	(126)	1.738

	Saldo em			Saldo em
	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
Custo:				
Máquinas	1.587	415	(180)	1.822
Equipamentos de Informatica	56	55	(11)	100
Imóveis - IFRS 16	333	38	(86)	284
Móveis e utensílios	24	30	(7)	47
Ferramentas e Instrumentos em geral	78	110	(5)	183
Outros	47	10	(2)	55
Total	2.124	658	(291)	2.491
Depreciações:				
Máquinas	(142)	(184)	12	(314)
Equipamentos de Informatica	(8)	(18)	-	(25)
Imóveis - IFRS 16	(228)	(74)	18	(284)
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	(3)	(4)	-	(7)
Ferramentas e Instrumentos em geral	(6)	(13)	-	(19)
Outros	(0)	(5)	-	(5)
	(386)	(298)	30	(654)
Total	1.738	360	(261)	1.837

8 Fornecedores

	2021	2020
Consortio Copasa Ello R.Belem	14.102	4.290
Sociedade Anonima de Obras Y Serviços Copasa (a)	5.081	2.528
Jose Luis Grande Salgado	35	-
Copasa Espanha (a)	1.581	1.171
Outros	65	756
Total	20.864	8.745

- a) O saldo refere-se a valores a serem reembolsados para a Copasa Espanha e Sociedade Anonima de Obras pela prestação de serviços e/ou despesa de profissionais oriundos da Espanha que prestam serviços nas obras no Brasil.

9 Adiantamentos de Clientes

	2021	2020
CPC17 - Consórcio Copasa – Ello Redes de Belém	-	404
	-	404

10 Empréstimos com partes relacionadas

	2021	2020
Empréstimo com a S.A. de Obras y Servicios, Copasa do Brasil	4.142	3.101
Total	4.142	3.101

Empréstimo em moeda nacional com taxa de juros de 9% ao ano, exigível no curto prazo, mediante disponibilidade de caixa.

	2021	2020
Movimentação dos empréstimos		
Saldo inicial	3.101	2.289
(+) Adição de principal	792	606
(+) Adição de juros	249	206
Total	4.142	3.101

11 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia encontra-se subscrito e integralizado no montante de R\$ 10, equivalente a 10.000 ações ordinárias nominativas, escriturais com valor nominal de R\$ 1,00 (um real). com a seguinte composição:

Acionistas	Valor	Ações	%	Valor	Ações	%
Copasa	5.001	5.001	50,01%	5.001	5.001	50,01%
Mais Brasil	2.000	2.000	20,00%	2.000	2.000	20,00%
Valtalia Desarrollos	2.999	2.999	29,99%	2.999	2.999	29,99%
	10.000	10.000	100,00%	10.000	10.000	100,00%

(b) Dividendos

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva legal, pelo menos 25% será distribuído a título de

dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	41.184	15.746
Base de cálculo dos dividendos	41.184	15.746
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	10.296	3.936
Dividendo adicional proposto	26.139	8.077
Total de dividendos	36.435	12.013
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	88,47%	76,30%

A Companhia distribuiu dividendos no montante de R\$ 36.435 referentes aos exercícios de 2020 e 2021 conforme demonstrado no quadro acima.

12 Imposto de renda e contribuição social

	2021		2020
IRPJ	628		394
CSLL	129		3
Total	757	-	397

Imposto de renda e contribuição social correntes

A Administração adotou o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para o exercício 2021.

	2021		2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Receita Bruta	129.712	129.712	48.673	48.673
Lucro presumido				
CSLL 12%	15.565	-	5.841	-
IRPJ 8%	-	10.377	-	3.894
Receita financeira	292	292	340	340
Base de cálculo	15.857	10.669	6.181	4.234
CSLL 9%	1.427	-	556	-
IRPJ 15%	-	1.600	-	635
IRPJ adicional 10%	-	1.043	-	384
Saldo apurado	1.427	2.643	556	1.019
Total IR e CS		4.070		1.575

13 Impostos e contribuições a recolher

	2021	2020
ISS sobre CPC 17	1.317	-
Cofins sobre CPC 17	790	-
Pis sobre CPC 17	171	-
IRRF	159	89
IOF	222	-
INSS	358	30
Outros	170	11
Total	3.187	130

14 Impostos parcelados

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
IRPJ e CSLL	1.971	-
Total	<u>1.971</u>	<u>-</u>
circulante	415	-
não circulante	1.556	-

Em 2021 a Companhia aderiu ao parcelamento de IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 2.071, em 60 parcelas, vencendo-se a primeira em 30 de outubro de 2021.

Abaixo está demonstrado o valor do principal, acrescido de juros e reduzido dos pagamentos efetuados durante 2021:

Movimentação da dívida	Saldo principal	Correção SELIC	Redução por pagamento	Saldo em 31/12/2021
Tributo				
IRPJ	1.470	51	(78)	1.443
CSLL	238	312	(22)	528
	<u>1.708</u>	<u>363</u>	<u>(100)</u>	<u>1.971</u>

15 Receita líquida de serviços

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita bruta de serviços Consórcio Copasa – Ello Redes de Belém	129.712	48.673
Deduções de receitas - ISS, PIS e COFINS	<u>(10.426)</u>	<u>(3.872)</u>
Receita líquida	<u>119.286</u>	<u>44.801</u>

As receitas alocadas neste item correspondem a serviços prestados no Estado de Pará, para o cliente Águas do Guamá Rede de Distribuição e Saneamento SPE LTDA.

16 Despesas por natureza

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Serviços de subempreiteiros	(24.149)	(8.495)
Materiais de estrutura	(23.177)	(7.742)

Pessoal	(9.801)	(6.078)
Serviços profissionais	(9.756)	(1.210)
Ocupação	(640)	(1.968)
Viagens e estadias	(739)	(569)
Utilidades e serviços	(247)	(976)
Outras	(5.165)	(190)
	<u>(73.674)</u>	<u>(27.227)</u>
Custos dos serviços de construção	(70.847)	(23.357)
Despesas gerais e administrativas	(2.827)	(3.870)
	<u>(73.674)</u>	<u>(27.227)</u>

O acréscimo nos custos se deve ao fato dos avanços nas obras de construção do Consórcio Construtor Copasa Ello.

17 Despesas financeiras, líquidas

	2021	2020
Rendimentos de aplicações financeiras	292	340
Outras	218	-
Total receita financeira	510	340
Juros empréstimos	(249)	(270)
Outras	(619)	(322)
Total despesas financeira	(868)	(592)
Despesas financeiras, líquidas	(358)	(252)

18 Instrumentos financeiro

Gestão do risco de capital

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de tesouraria sob políticas aprovadas pela Administração da Companhia. A Tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com unidades operacionais da Companhia. A Administração da Companhia fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas,

como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimentos de excesso de liquidez.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de hedge é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de hedge e o item coberto.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos quotistas, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora que o retorno sobre o capital é adequado para cada um de seus negócios.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

Visão geral

A Administração apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Riscos de mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia, a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco.

Os valores contábeis e a separação por categoria dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	Nota	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativos			
Ativos financeiros medidos a custo amortizado			
Contas a receber	5	<u>37.511</u>	<u>3.895</u>
Total		<u>37.511</u>	<u>3.895</u>
 Ativos financeiros medidos a custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	4	<u>396</u>	<u>2.650</u>
Total		<u>396</u>	<u>2.650</u>
 Passivos			
Custo amortizado			
Fornecedores	8	<u>20.864</u>	<u>8.745</u>
Empréstimos	10	<u>4.142</u>	<u>3.101</u>
Total		<u>25.006</u>	<u>11.846</u>

Durante o exercício, não houve reclassificação entre categorias de valor justo por meio do resultado e custo amortizado apresentadas acima.

a. Risco de crédito

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	4	15	5
Aplicações financeiras	4	381	2.645
Clientes	5	37.511	3.895
		37.907	6.545

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	8	20.864	8.745
Empréstimos	10	4.142	3.101
		25.006	11.846

Abaixo a Companhia demonstra o fluxo de caixa esperado para seus passivos financeiros:

	31/12/2021	Até 1 ano	31/12/2020	Até 1 ano
Fornecedores	20.864	20.864	8.745	8.745
Empréstimos	4.142	4.515	3.101	3.380
	25.006	25.379	11.846	12.125

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Administração ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

d. Risco de taxa de juros

A Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variações de algumas dívidas, principalmente aquelas vinculadas CDI/IPC-A, e pode utilizar instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos.

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de juros:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
CDI	4,39%	5,49%	6,59%	3,29%	2,20%
IPCA	10,42%	13,03%	15,63%	7,82%	5,21%

O índice de CDI e IPCA considerados: 4,39% a.a. e 10,42% a.a., respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

O cenário provável considerado pela Administração utiliza os cenários obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra no cenário provável o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis. Os cenários com aumento e diminuição nas taxas de juros de 25% e 50% apresentam o efeito incremental em relação ao cenário provável:

Exposição taxa de juros(i)	Provável	25%	50%	(25%)	(50%)
Empréstimos	(4.142)	(5.177)	(6.212)	(3.106)	(2.071)
Impactos no resultado do exercício	4.142	5.177	6.212	3.106	2.071

e. Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Os valores de caixa e equivalentes de caixa, outros créditos, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	31/12/2021	31/12/2020	Nível 1	Nível 1
Ativos				
Caixa e bancos	15	5	15	5
Aplicações financeiras	381	2.645	381	2.645
Total	396	2.650	396	2.650

* * *

Diretoria
Germán Conde Santos

Contador
Divino Aparecido Sinval
CRC 1SP265781/O-0